

Câmara Municipal de Pelotas
Documento Protocolado
Sob N° 1340
Em 13/04/09
Responsável



**PREFEITURA MUNICIPAL DE PELOTAS
GABINETE DO PREFEITO**

Pelotas, 09 de abril de 2009.


MENSAGEM Nº 015/2009.

Senhor Presidente,

Submetemos à apreciação dessa Casa Legislativa o Projeto de Lei anexo, no qual propomos a abertura de Crédito Adicional Especial no Orçamento do Município, para o exercício de 2009. Através do mesmo solicitamos a inclusão dos projetos: 11.334.0004.1079 – Projovem Trabalhador – Juventude Cidadã, 11.334.0004.1080 – Projeto Mãos que Fazem, a fim de adequá-los à execução orçamentária. Segue apenso ao presente, cópia do Plano de Trabalho, Cronograma de Execução da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Convênio com o Governo do Estado - Programa Estadual de Saneamento.

A solicitação faz-se necessária com tramitação em regime de urgência, para adequar as despesas que surgirão por ocasião da execução do referido projeto, para as quais, não há previsão orçamentária.

Atenciosamente,


Adolfo Antonio Fetter Junior
Prefeito Municipal

Exmo. Sr.
Adalim Luiz Garcia Medeiros
DD. Presidente da Câmara Municipal
Pelotas- RS

PREFEITURA MUNICIPAL DE PELOTAS
GABINETE DO PREFEITO
PELOTAS - RS
CÂMARA MUNICIPAL DE PELOTAS-13-Abr-2009-10:21-001340-1/2



PREFEITURA MUNICIPAL DE PELOTAS
GABINETE DO PREFEITO

PROJETO DE LEI

Abre Crédito Adicional Especial no Orçamento do Município, e dá outras providências.

O PREFEITO DE PELOTAS, ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL.

FAÇO SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU E EU SANCIONO E PROMULGO A PRESENTE LEI.

Art. 1º Fica aberto um crédito adicional especial no Orçamento do Município, conforme os seguintes programas de trabalho e respectivas categorias econômicas:

200 – PODER EXECUTIVO			
216 – SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO			
11.334.0004.1079 – Projovem Trabalhador – Juventude Cidadã		R\$	1.589.840,00
3390140000	DIÁRIAS – PESSOAL CIVIL - 0001	R\$	1.200,00
3390300000	MATERIAL DE CONSUMO - 0001	R\$	6.000,00
3390330000	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO - 0001	R\$	3.240,00
3390360000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS P. FÍSICA - 0001	R\$	152.500,00
3390390000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS P. JURÍDICA - 0001	R\$	44.400,00
3390390000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS P. JURÍDICA - 3279	R\$	1.382.500,00
11.334.0004.1080 – Mãos que Fazem			
3390390000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS P. JURÍDICA - 0001	R\$	20.000,00
4490520000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE - 3280	R\$	100.000,00
223 – SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS			
17.512.0149.1081 – Pequenas Redes de Água		R\$	50.000,00
4490510000	OBRAS E INSTALAÇÕES - 3281	R\$	50.000,00
TOTAL		R\$	1.759.840,00

Art. 2º São reduzidos os valores abaixo indicados nos seguintes programas de trabalho e categorias econômicas:

200 – PODER EXECUTIVO	
221 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	

28.843.0000.0002 – Encargos da Dívida		R\$	227.340,00
4690710000	PRINCIPAL DA DÍVIDA POR CONTRATO - 0001	R\$	227.340,00
TOTAL		R\$	227.340,00

Art. 3º Servirá de recurso para a cobertura de que trata o art.1º a redução constante no art. 2º, bem como o recurso oriundo de convênio firmado com outras esferas de governo: Projovem Trabalhador – Juventude Cidadã no valor de R\$ 1.382.500,00 e projeto mãos que fazem no valor de R\$ 100.000,00 e projeto Pequenas Redes de Água, no valor de R\$ 50.000,00, para os quais não há previsão orçamentária no exercício.

Art. 4º Autoriza o Executivo a inserir no Plano Plurianual 2006/2009 e na Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2009, as ações: Projovem Trabalhador; Mãos que Fazem e Pequenas Redes de Água.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito de Pelotas, em 09 de abril de 2009.

Adolfo Antonio Fetter Junior
Prefeito Municipal

Registre-se. Publique-se.

Abel Dourado
Secretário de Governo



JUSTIFICATIVA

Encaminhamos o Projeto de Lei anexo, no qual propomos a abertura de Crédito Adicional Especial no Orçamento do Município, para o exercício de 2009, a fim de adequar o projeto de Lei ao Orçamento para sua execução. Discriminaremos a seguir as alterações propostas nas respectivas Unidades Orçamentárias.

216 – SECRETARIA MUNICIPAL DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Insere os projetos:

* ProJovem – Juventude Cidadã, integrante do Programa Nacional de Inclusão de Jovens, no Município de Pelotas-RS, de forma a classificar social e profissionalmente 1000 (mil) jovens do município, assim como, inserir no mínimo 30% desses jovens no mundo do trabalho.

*Projeto Mãos que Fazem – Aquisição de equipamentos para montagem de um laboratório de desenvolvimento da confecção, em parceria com o Sindicato da Indústria de Vestuário da Zona Sul.

Segue em anexo mais dados sobre os projetos.

223 – SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS

*Insere o projeto Pequenas Redes de Água. Recurso oriundo de Consulta Popular no valor de R\$ 50.000,00, cujo objetivo é a implantação de sistema de água na localidade denominada Passo da Tatuá, situada no 9º Distrito do Município de pelotas - Monte Bonito. Estão previstas as instalações de 03 (três) reservatórios, sendo 02 (dois) com capacidade de 5m³ e 01 (um) de 10 m³, 2.032 metros de rede de água, divididos em cinco trechos com tubulações variando de 40 a 60 mm de diâmetro. A contrapartida será a execução da obra pelo SANEP.





PREFEITURA MUNICIPAL DE PELOTAS
SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

MEMO Nº	008/2009
DATA	06.04.2009
DE	Secretário Desenvolvimento Econômico
PARA	Departamento de Orçamento

Prezada Senhora Lorena Portantiolo,

Tendo em vista sua solicitação encaminho as justificativas dos Projetos PROJOVEM TRABALHADOR, e MÃOS QUE FAZEM, tal como constam dos projetos originais encaminhados ao Governo Federal para obtenção do recurso.

Atenciosamente,

Carlos Mario de Almeida Santos
Secretário Desenvolvimento Econômico

OBJETO DO PLANO DE IMPLEMENTAÇÃO

Execução do projeto Projovem Trabalhador – Juventude Cidadã, integrante do Programa Nacional de Inclusão de Jovens, no município de Pelotas-RS, de forma a qualificar social e profissionalmente 1.000 jovens do município, assim como, inserir no mínimo 30% desses jovens no mundo do trabalho.

3. DO PROJETO TÉCNICO-PEDAGÓGICO

3.1. Histórico do Proponente:

Em fins do século XVIII, o gado selvagem existente na capitania de São Pedro do Rio Grande transformara-se já em ótima fonte de renda. A exportação para São Paulo, Rio e Minas Gerais era bastante ativa. Surgem, então, numerosas, as estâncias e charqueadas.

Coube ao cearense José Pinto Martins, em 1780, fundar o primeiro desses estabelecimentos e o litoral do canal de São Gonçalo foi todo partilhado em nada menos do que sete estâncias. Em 1812, tão povoada achava-se a região, que D. João VI houve bem erguer uma nova freguesia no lugar denominado Pelotas, desmembrando-se da freguesia de São Pedro do Rio Grande. No ano seguinte, iniciou-se a construção da Capela dedicada a São Francisco de Paula, no local onde se situa a cidade. Não tardou que para ali se transferissem os moradores das margens do arroio Pelotas e do Laranjal.

A grande expansão das charqueadas fez com que Pelotas fosse considerada a verdadeira capital econômica da província, vindo a se envolver em todas as grandes causas cívicas. O nome origina-se de "pelota", uma embarcação de couro puxada a pé dentro do rio, por homens, para atravessar a carga de charque de um lado ao outro do rio.

3.2. Apresentação do Projeto

O Ministério do Trabalho e Emprego, através do Projovem Trabalhador, visa à promoção de ações dirigidas à inserção de jovens no mundo do trabalho, proporcionando qualificação técnica e aumentando a escolarização. Ao mesmo tempo ampliando a geração de oportunidades de trabalho e negócios, estimulando uma visão empreendedora, contribuindo assim para a inserção social. A implementação de políticas dessa natureza evidencia e concretiza o empenho em investir nessa grande parcela da população brasileira. A situação de vulnerabilidade social a qual está submetida a população de baixa renda, no tocante também à juventude, é agravada pelo alto índice de desemprego e despreparo dessa mão de obra. Nesse sentido, o Projovem Trabalhador, vem se firmando como uma das políticas públicas mais assertivas e concretas, visto que garante a inserção dos jovens no mundo do trabalho, contribuindo para uma efetiva inclusão social e resgatando a cidadania dos jovens. Através do presente projeto pretende-se qualificar social e profissionalmente jovens que estejam cursando ou tenham concluído o ensino fundamental ou médio, com idade entre 18 e 29 anos e que estejam desempregados.

3.3. Justificativa

Segundo pesquisa do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), baseada na análise dos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD) – IBGE 2007 - o Brasil tem hoje cerca de 14 milhões dos jovens (30,4%), na faixa etária entre 15 a 29 anos com renda familiar per capita de até meio salário mínimo. De acordo com a pesquisa, o país possui cerca de 50,2 milhões de jovens, o que representa 26,4 % da população brasileira. Portanto, os jovens representam quase a metade dos desempregados no Brasil. Segundo o IPEA, o problema do desemprego tende a ser mais acentuado entre os jovens do que no restante da população. Este fenômeno, de ocorrência mundial, demonstra que o crescimento do desemprego entre os jovens reflete a expansão geral do problema em todas as faixas etárias.

Ainda segundo o IPEA, os jovens brasileiros encontram disponíveis apenas ocupações precárias e de curta duração. Porém, isto não seria um problema se as famílias de origem destes jovens pudessem financiar a busca por empregos melhores ou pela extensão dos estudos. No entanto, o que acontece para a maioria dos jovens oriundos de famílias trabalhadoras e de baixa renda é que eles ficam circulando entre ocupações de curta duração e baixa remuneração, muitas vezes no mercado informal. Diante do acima exposto, nossa intenção ao elaborar este projeto é fazer uso da educação como fonte de qualificação para o mundo do trabalho, contribuindo para a inserção sócio-profissional dos jovens oriundos de famílias de baixa renda e, portanto em vulnerabilidade social.

Maior ou Faturar

PREFEITURA MUNICIPAL DE PELOTAS

PLANO DE TRABALHO 1/3

1 - DADOS CADASTRAIS

Entidade Proponente: Prefeitura Municipal de Pelotas				C.N.P.J 87.455.531/0001-57	
Endereço: Praça Coronel Pedro Osório, n°101					
Cidade: Pelotas	U.F. RS	C.E.P. 96015-010	DDD/Telefone (53)32257355	FAX (53)32272061	E.A. Municipal
Conta Corrente: 21296-2		Banco : Banco do Brasil	Agência: 0029-9	Praça de Pagamento: Pelotas	
Nome do Responsável: Adolfo Antônio Fetter Junior				C.P.F. : 242.563.900-49	
C.I. 4005680551 SJS	Cargo: Prefeito		Função: Prefeito	Matrícula: 22.105	
Endereço: Rua Barão de Butuí, n°264 apto. 501				CEP 96010-330	

2 - OUTROS PARTICIPES / INTERVENIENTE / EXECUTOR

Nome: Sindicato da Indústria do Vestuário da Zona Sul		C.N.P.J. : 00531584/0001-67	E.A.
Nome do Responsável: Cleber Pagana Xavier		Função: Presidente	CPF: 342831450/68
CI: 7014458141		Cargo : Presidente	Matrícula
Órgão Expedidor : SSP RS			
Endereço : Av.Bento Gonçalves, 4825		Cidade: Pelotas	C.E.P. 96015-140

3 - DESCRIÇÃO DO PROJETO

Título do Projeto: Ações de Geração de Renda para Populações Carentes	Período de Execução	
	Início : dez/2005	Término: dez/2006
<p>Identificação do Objeto: Aquisição de equipamentos para montagem de um laboratório de desenvolvimento da confecção, em parceria com o Sindicato da Indústria do Vestuário da Zona Sul, que cederá o local e administrará um Centro de treinamento para geração de trabalho e renda. Em contrapartida, a Prefeitura fornecerá cursos de capacitação, treinando, através de cursos de costura industrial, cursos de cad/ cam e cursos de modelagem, mulheres que chefiam famílias extremamente carentes, em situação de vulnerabilidade social, visando qualificar o setor de confecção e têxteis de Pelotas e ampliar as possibilidades de trabalho e renda em Pelotas.</p>		
<p>Justificativa da Proposição: Pelotas, situada na metade do Sul do Estado do Rio Grande do Sul, está localizada em área prioritária pelos Governos Estadual e Federal para as ações de desenvolvimento econômico e social em face de suas inúmeras carências, possuindo indicadores graves de desemprego e sub-emprego. Também, é caracterizada por um mosaico de desigualdades sociais, especialmente na periferia urbana, resultado de acentuado êxodo rural e de migrações de outros municípios menores em busca de oportunidades. O projeto procura, através da qualificação profissional, enfrentar dificuldades comuns em relação ao desemprego que assola de forma peculiar o município de Pelotas. O Projeto visa, ainda, atender basicamente um público alvo feminino, composto por uma população de 52,6%, sendo que 31,5% chefiam os lares, uma vez que as mulheres se tornam, cada vez mais, responsáveis pela gestão e manutenção da família. Pesquisa do Dieese de março/05 revela que o índice de desemprego feminino é, ainda, superior ao do masculino, sendo que as mulheres chefiam 18,1% as famílias monoparentais, contra 2,2% dos homens. Aliado aos indicadores, esta população apresenta um perfil com baixa ou nenhuma qualificação profissional, o que dificulta o acesso a oportunidades geradoras de emprego e renda. A capacitação para o trabalho e a organização de formas associativas de trabalho auto-sustentável é uma forma eficaz de alterar tais condições adversas relacionadas ao perfil ocupacional das populações envolvidas, bem como enfrentar os obstáculos à sua adequada inserção produtiva. A Prefeitura Municipal de Pelotas aposta na parceria com o Sindicato da Indústria do Vestuário da Zona Sul, setor altamente absorvedor de mão-de-obra feminina, como principal vertente de aproximação do mundo do trabalho feminino como importante política de desenvolvimento econômico e social.</p>		

PLANO DE TRABALHO 2/3

4 - CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO (META, ETAPA OU FASE)

Meta	Etapa	Especificação	Indicador Físico		Duração	
	Fase		Unid.	Quantidade	Início 09/2007	Término 12/2007
I	1	Aquisição equipamentos 1.1 Licitação dos equipamentos p/Laboratório de Desenvolvimento da confecção	dias	60	09/2007	11/2007
II	2	Montagem do Laboratório da confecção (anexo II)	equipament os	42	09/2007	12/2007
III	3	Cursos /qualificação profissional				
	3.1	Licitação cursos qualificação	dias	60	09/2007	11/2007
	3.2	Seleção das candidatas	horas	20	09/2007	09/2007
	3.3	Curso costura industrial	educandos	180	09/2007	12/2007
	3.4	Curso cad/cam	educandos	20	09/2007	12/2007
	3.5	Curso corte e modelagem	educandos	180	09/2007	12/2007

5 - PLANO DE APLICAÇÃO (R\$ 1,00)

Natureza da Despesa		Total	Concedente	Proponente
Código	Especificação			
44.40.41	Investimento/Transferência a Municípios/Contribuições Contrapartida do Proponente	100.000,00 20.000,00	100.000,00	20.000,00
TOTAL GERAL		120.000,00	100.000,00	20.000,00

PLANO DE TRABALHO 3/3

6 - CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO (R\$ 1,00)

CONCEDENTE

Meta	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho
Meta	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro
			100.000,00			

PROPONENTE (CONTRAPARTIDA)

Meta	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho
Meta	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro
			20.000,00			

7 - DECLARAÇÃO

Declaro, para fins de prova junto ao Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome que: 1 – Atesto o cumprimento do disposto na Lei Complementar n.º 101 (Lei de Responsabilidade Fiscal), de 04/05/2000 e no Art. 44 da Lei n.º 10.934 (Lei de Diretrizes Orçamentárias), de 11/08/2004; 2 – Os recursos próprios relativos à contrapartida, no montante acima indicado, correspondentes a 20% do valor do projeto estão devidamente assegurados na Lei Orçamentária n.º 5.090, Unidade 216, Programa de Trabalho n.º 04.691.0135.2095.00, Fonte 001.000000, Natureza da Despesa 3.3.90.39.00.00 e 3.1.0.0.00.00.00.00.00- Inexiste qualquer débito junto ao Instituto Nacional do Seguro Social – INSS que impeça a transferência de recursos oriundos de dotações consignadas no Orçamento da União.

Local e data : Pelotas, 27 de agosto de 2007.

Proponente

8 - APROVAÇÃO PELO CONCEDENTE

Aprovado:

Local e Data

Concedente

PREFEITURA MUNICIPAL DE PELOTAS ANEXO II

PLANILHAS DE APLICAÇÃO DE RECURSOS

2.1 - Equipamentos - Concedente

Especificação	Quantitativo	Valor Unitário	Valor total R\$
Máquina costura industrial reta com transp..simples completa	12	1.037,26	12.447,12
Máquina overlock industrial três fios completa	4	2.448,37	9.793,48
Máquina interlock industrial completa	1	2.900,00	2.900,00
Máquina cobertura ind. três agulhas com trançador completa	1	3.613,50	3.613,50
Máquina de cortar tecido industrial	3	420,00	1.260,00
Máquina Plotter jato de tinta monocromático veloc.50m2/h, 185 cm	1	43.780,00	43.780,00
Impressoras jato de tinta	3	169,00	507,00
Nobreak 600 VA	4	269,00	1.076,00
Estabilizador de tensão bivolt	3	62,97	188,90
Data Show projetor	1	2.690,00	2.690,00
Licença de uso de software p/encaixe de modelagem	1	12.730,00	12.730,00
Licença de uso software de digitalização de moldes	1	3.490,00	3.490,00
Micro computador processador dual core 3.0 GHZ, HD 80gb, Mem.512,DVD-RW, fax modem, leitor de cartão, teclado, mouse ótico, caixas de som	3	1.145,00	3.435,00
Monitor 15" lcd	3	548,00	1.644,00
Impressora laser	1	445,00	445,00
Total Geral	42		100.000,00

2.2 - Contrapartida Proponente

Especificações ou categorias	Quantitativos	Custo Mês e/ou Hora (nºeducandos*horas*custo hora)	Valor Total R\$
Curso costura industrial	180	$180*100*0,56$	9.000,00
Curso Cad Cam	20	$20*30*3,33$	2.000,00
Curso de corte	180	$180*100*0,56$	9.000,00
Total Geral			20.000,00

5. PLANO DE APLICAÇÃO

5.1. Detalhamento da despesa e valor

Natureza de Despesa		Valor (R\$)		
Código	Especificação	MTE	Ente Executor	TOTAL
DESPESAS DE QUALIFICAÇÃO		1.382.500,00		1.382.500,00
3390.39	Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica	1.382.500,00	-	1.382.500,00
	Contratação de Entidade especializada no segmento de qualificação, responsável por: Pagamento de Instrutor e Encargos, Material Pedagógico, Lanche e Vale Transporte.	1.382.500,00		1.382.500,00
				-
3390.36	Serviços de Terceiros - Pessoa Física		-	-
				-
DESPESAS DE GESTÃO E APOIO		-	207.340,00	207.340,00
3390.14	Diárias no País		1.200,00	1.200,00
3390.33	Passagens no País		3.240,00	3.240,00
3390.30	Material de Consumo	-	6.000,00	6.000,00
	Materiais de expediente		3.000,00	3.000,00
	Materiais de higienização		1.500,00	1.500,00
	Combustível		1.500,00	1.500,00
3390.36	Serviços de Terceiros - Pessoa Física	-	152.500,00	152.500,00
	Pessoal de execução do Projeto		152.500,00	152.500,00
3390.39	Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	-	44.400,00	44.400,00
	Serviços de divulgação e impressão (banners, folders, jornais, etc)		3.000,00	3.000,00
	Kit estudantil (boné, mochila)		11.000,00	11.000,00
	Camisetas para os jovens c/logomarcas		17.600,00	17.600,00
	Eventos (Feiras, Fóruns, Encontros Técnicos)		800,00	800,00
	Seguro de Vida para os jovens		12.000,00	12.000,00
TOTAL		1.382.500,00	207.340,00	1.589.840,00
3390.14	Diárias no País	-	1.200,00	1.200,00
3390.30	Material de Consumo		6.000,00	6.000,00
3390.33	Passagens no País	-	3.240,00	3.240,00
3390.36	Serviços de Terceiros - Pessoa Física	-	152.500,00	152.500,00
3390.39	Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	1.382.500,00	44.400,00	1.426.900,00

DESPESAS DE GESTÃO E APOIO					
Seviços de Terceiros Pessoa Jurídica	Quantidade	Nº meses	Valor mensal	Valor total	
Serviços de divulgação e impressão (banners, folders, jornais, filipetas, etiquetas, boletim informativo, etc)	1	10	300,00	3.000,00	
Kit estudiantil (bonê, mochila com logomarca do programa)	1.100	1	10,00	11.000,00	
Camisetas para os jovens c/logomarcas	2.200	1	8,00	17.600,00	
Seguro de Vida para os jovens (morte, invalidez e acidentes)	1.000	6	2.000,00	12.000,00	
Subtotal				43.600,00	
Material de Consumo	Quantidade	Nº meses	Valor mensal	Valor total	
Material de higienização	1	6	250,00	1.500,00	
Material de expediente	1	10	300,00	3.000,00	
Combustível	1	6	250,00	1.500,00	
Subtotal				6.000,00	
Despesas de viagem	Quantidade	Nº meses	Valor mensal	Valor total	
Passagens para uma pessoa em três Encontros Técnicos	3	1	1.080,00	3.240,00	
Diária para Encontros Técnicos	6	1	200,00	1.200,00	
Subtotal				4.440,00	
Desenvolvimento Institucional	Quantidade	Nº meses	Valor mensal	Valor total	
Eventos(Feiras, Fóruns, Encontros Técnicos)	2	1	400,00	800,00	
Subtotal				800,00	

RESUMO	
Qualificação	1.382.500,00
Diárias no País	1.200,00
Material de Consumo	6.000,00
Passagens no País	3.240,00
Serviços de Terceiros - Pessoa Física	152.500,00
Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	44.400,00
Custeio	207.340,00
TOTAL qualificação + custeio	1.589.840,00
CONTRAPARTIDA 10% do total (qualificação + custeio)	158.984,00
MTE	1.430.856,00
MTE Repasse de Bolsas (R\$ 100,00 mês por aluno)	600.000,00

Limite do Custeio
207.375,00

15% da qualificação
207.375,00

6. CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO

6.1. MTE

Ano: 2008	Valor no ano em R\$	143.085,00
-----------	---------------------	------------

JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN
JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
					143.085,00

Ano: 2009	Valor no ano em R\$	1.287.771,00
-----------	---------------------	--------------

JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN
		643.885,50			
JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
643.885,50					

6.2. Ente Executor

Ano: 2008	Valor no ano em R\$	15.898,00
-----------	---------------------	-----------

JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN
JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
					15.898,00

Ano: 2009	Valor no ano em R\$	140.086,00
-----------	---------------------	------------

JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN
		71.543,00			
JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
71.543,00					

6.3.Total = (item 6.1 + item 6.2)

Ano: 2008	Valor no ano em R\$	158.983,00
-----------	---------------------	------------

JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN
-	-	-	-	-	-
JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
-	-	-	-	-	158.983,00

Ano: 2009	Valor no ano em R\$	1.430.857,00
-----------	---------------------	--------------

JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN
-	-	715.428,50	-	-	-
JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
715.428,50	-	-	-	-	-

5.1.1. Quadro de detalhamento dos postos de trabalho para contratação de pessoal que executa o projeto (exceto instrutores da qualificação)

Posto de Trabalho	Valor Mensal + Encargos	Quantidade	Nº. de Meses	Valor Total (R\$ 1,00)	Programação do Valor Total	
					MTE	Ente Executor
Coordenador Geral	2.800,00	1	10	28.000,00		
Coordenador Pedagógico	2.500,00	1	10	25.000,00		
Coordenador de Inserção	2.500,00	1	10	25.000,00		
Coordenador de Monitoramento	2.500,00	1	10	25.000,00		
Assistente Pedagógico	1.650,00	1	10	16.500,00		
Assistente de Inserção	1.650,00	1	10	16.500,00		
Assistente de Monitoramento	1.650,00	1	10	16.500,00		
Total:		7	10	152.500,00	-	-



ORÇAMENTO - PROJOVEM TRABALHADOR - JUVENTUDE CIDADÃ: Pelotas - Rio Grande do Sul

1. QUALIFICAÇÃO		PLANO DE APLICAÇÃO			
1.1 - Qualificação Básica		Carga Horária	Número de Jovens	Custo Unitário	Valor Total
Inclusão digital		40	1.000	3,95	158.000,00
Valores humanos, ética e cidadania.		10	1.000	3,95	39.500,00
Educação ambiental, higiene pessoal e qualidade de vida.		10	1.000	3,95	39.500,00
Noções de direito trabalhista, prevenção de acidentes e formação de cooperativas.		20	1.000	3,95	79.000,00
Reforço Escolar		20	1.000	3,95	79.000,00
Subtotal 1		100	1.000	3,95	R\$ 395.000,00
1.2 Qualificação Específica		Carga Horária	Número de Jovens	Custo Unitário	Valor Total
Área Temática - Administração		250	125	3,95	123.437,50
Área Temática - Alimentação		250	125	3,95	123.437,50
Área Temática - Arte e Cultura		250	125	3,95	123.437,50
Área Temática - Beleza e Estética		250	125	3,95	123.437,50
Área Temática - Educação		250	125	3,95	123.437,50
Área Temática - Construção e Reparos		250	125	3,95	123.437,50
Área Temática - Turismo e Hospitalidade		250	125	3,95	123.437,50
Área Temática - Serviços Domésticos		250	125	3,95	123.437,50
Subtotal 2		250	1.000	3,95	R\$ 987.500,00
Total da Qualificação (1+2)		350	1.000	3,95	R\$ 1.382.500,00





PREFEITURA MUNICIPAL DE PELOTAS
SECRETARIA DE COORDENAÇÃO E PLANEJAMENTO
UNIDADE GESTORA DE PROJETOS

Pelotas, 03 março de 2009.

Ao
Secretário Municipal de Administração e Finanças
Sr. Sérgio Lopes

Solicito a inserção de Programa novo (Projeto de Lei) conforme abaixo discriminado:

**1. PROGRAMA: SISTEMA SIMPLIFICADO DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA –
Consulta Popular**

OBJETIVO: Implantação de sistema de abastecimento de água na localidade denominada Passo da Tatúa, situada no 9º Distrito do Município de Pelotas – Monte Bonito. Estão previstas as instalações de 03 (três) reservatórios, sendo 02 (dois) com capacidade de 5 m³ e 01 (um) de 10 m³, 2.032 metros de rede de água, divididos em cinco trechos com tubulações variando de 40 a 60mm de diâmetro. A contrapartida será a execução da obra com mão de obra do Sanep.

ELEMENTOS DE DESPESAS NECESSÁRIOS PARA EXECUÇÃO DO PROGRAMA:

- Obras civis: R\$ 50.000,00 (Governo do Estado RS)
- Vencimentos e Vantagens fixas pessoal civil (contrapartida Sanep): 4013 Sanep - R\$ 12.500,00

ANEXAR CÓPIA DO CONVÊNIO: convênio assinado em anexo.


Jair Seidel

Coordenador da Unidade Gestora de Projetos



**GOVERNO DO ESTADO
RIO GRANDE DO SUL**

GABINETE DA GOVERNADORA



CG 2235-08

Porto Alegre, 17 de dezembro de 2008.

Senhor Prefeito,

Ao cumprimentá-lo, de ordem, informamos que a Excelentíssima Governadora do Estado, Senhora Yeda Crusius, assinou em 12 de dezembro de 2008 o ato que firma Convênio que entre si celebram o Estado do Rio Grande do Sul, por intermédio da Secretaria de Habitação, Saneamento e Desenvolvimento Urbano, e o Município de Pelotas/RS, visando à implementação do Programa Estadual de Saneamento para Pequenas Comunidades, referente ao processo 1468-32.00/08.9.

Atenciosamente,

Ricardo Luís Lied,

Chefe de Gabinete da Governadora.

Excelentíssimo Senhor
Adolfo Fetter Junior
Prefeito Municipal
PELOTAS / RS



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DE HABITAÇÃO, SANEAMENTO E DESENVOLVIMENTO URBANO


Ofício ASJUR/SEHADUR n.º 016/09

Porto Alegre, 19 de janeiro de 2009.

Senhor Prefeito.

A Secretaria de Habitação, Saneamento e Desenvolvimento Urbano vem por meio deste encaminhar 01 (uma) via do Convênio SEHADUR/DESAN n.º 1722.2008, celebrado entre o Estado do Rio Grande do Sul, por intermédio desta Secretaria, e o Município de Pelotas.

Atenciosamente,


Vanessa Appolo
Assessoria Jurídica

* Solteirar cópia publicação
DOE.

Exmo. Sr.
Prefeito Municipal
Município de Pelotas/RS



**GOVERNO DO ESTADO
RIO GRANDE DO SUL
GABINETE DA GOVERNADORA**

**PROGRAMA ESTADUAL DE SANEAMENTO
CONVÊNIO SEHADUR – DESAN- MUN. PELOTAS Nº FPE 1722/08**

Convênio que entre si celebram o Estado do Rio Grande do Sul, por intermédio da Secretaria de Habitação, Saneamento e Desenvolvimento Urbano, e o Município de Pelotas/RS, visando à implementação do Programa Estadual de Saneamento para Pequenas Comunidades.

O **ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 87.934.675/0001-96, com sede na Rua Duque de Caxias, nº 951, Bairro Centro, CEP nº 90.010-282, cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, neste ato representado pela sua Governadora, Senhora **YEDA RORATO CRUSIUS**, portadora da Carteira de Identidade nº 1918142-SSP/DF, e inscrita no CPF sob nº 223.762.830-00, adiante denominado **ESTADO**, por intermédio da **SECRETARIA DE HABITAÇÃO, SANEAMENTO E DESENVOLVIMENTO URBANO** a seguir denominado **SECRETARIA**, com sede na Av. Borges de Medeiros, 1501, 14º andar, nesta cidade de Porto Alegre, RS, representada neste ato pelo Titular, **MARCO AURÉLIO SOARES ALBA**, portador da Carteira de Identidade nº 6009168094, CPF nº 298.502.230-49, e o **MUNICÍPIO DE PELOTAS/RS** a seguir denominado **MUNICÍPIO**, com sede administrativa na Praça Coronel Pedro Osório, Nº 101, inscrito no CNPJ sob o nº 87.455.531/0001-57, neste ato representado pelo Prefeito, Sr Adolfo Antônio Fetter Júnior, portador da Carteira de Identidade nº 4005680551, e inscrito no CPF sob o nº 242.563.900-49, resolvem celebrar o presente **CONVÊNIO**, que tem seu respectivo fundamento e finalidade na consecução do objeto conveniado, descrito abaixo, constante do Processo Administrativo nº 1468-32.00/08-9, sujeitando-se no que couber aos termos das disposições da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993; da Lei Estadual nº 12.750 de 20 de julho de 2007; Lei Estadual nº 12.037, de 19 de dezembro de 2003; da Lei Complementar nº 101 de 04 de maio de 2000; da Instrução Normativa CAGE n.º 01/06 de 21/03/2006 e alterações posteriores e das demais legislações e normas regulamentares da matéria, mediante as cláusulas e condições abaixo especificadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

A finalidade do presente **CONVÊNIO** é proporcionar melhores condições de vida à população por meio da implantação de **Sistema Simplificado de Abastecimento de Água**, no Município de Pelotas, ora conveniado, de acordo com o Plano de Trabalho que integra o presente.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA EXECUÇÃO E PLANO DE TRABALHO

O detalhamento dos objetivos, metas quantitativas e qualitativas, bem como etapas de execução com o respectivo quadro de composição do investimento, constam do Plano de Trabalho anexo, que passa a ser parte integrante deste instrumento.



**GOVERNO DO ESTADO
RIO GRANDE DO SUL
GABINETE DA GOVERNADORA**

CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR E DAS RESPONSABILIDADES DO CONVÊNIO

O valor do presente Convênio é de R\$ 62.500,00 (sessenta e dois mil e quinhentos reais) sendo de responsabilidade da SECRETARIA a importância de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) e de responsabilidade do MUNICÍPIO a importância de R\$ 12.500,00 (doze mil e quinhentos reais), a título de contrapartida. O valor de responsabilidade da SECRETARIA será repassado ao MUNICÍPIO, após a publicação deste CONVÊNIO no Diário Oficial do Estado. Este valor será depositado em parcela única na Conta Corrente nº 0412538805, agência 0320 – Pelotas/RS, do Banco do Estado do Rio Grande do Sul. O valor de responsabilidade do MUNICÍPIO deverá ser disponibilizado/suportado de acordo com o estabelecido no Plano de Trabalho.

CLÁUSULA QUARTA - DO RECURSO FINANCEIRO

As despesas decorrentes do presente CONVÊNIO, de responsabilidade da SECRETARIA, correrão a conta do seguinte recurso financeiro:

UNIDADE ORÇAMENTARIA: 3201: Gabinete e Órgãos Centrais
PROJETO: 7093 - Saneamento Básico para Pequenas Comunidades Rurais

Natureza da Despesa:

Categoria Econômica: 4

Natureza de Despesa: 4

Modalidade de Aplicação: 40

Elemento de Despesa: 42

Recurso: 015

Número da Nota de Empenho: 08009320731

Data da Nota de Empenho: 03/12/2008

CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DOS PARTICÍPEIS:

I - DA SECRETARIA:

- a) transferir os recursos financeiros, para conta bancária vinculada, de acordo com cronograma de desembolso e da disponibilidade do Estado;
- b) fiscalizar a execução do Convênio, com a prerrogativa de orientar e administrar os atos cujos desvios tenham ocasionados, ou possam vir a ocasionar, prejuízos aos objetivos e metas estabelecidos;
- c) prorrogar “de ofício” os prazos de início e/ou de conclusão do objeto do convênio, na mesma proporção do atraso dos repasses das transferências, desde que a entidade partícipe não haja contribuído para esse atraso;
- d) exigir as prestações de contas na forma e nos prazos fixados no instrumento, bem como encaminhá-las para as respectivas liberações nos termos da IN CAGE nº 01/2006;
- e) emitir parecer sobre a regularidade das contas e da execução do convênio;



**GOVERNO DO ESTADO
RIO GRANDE DO SUL
GABINETE DA GOVERNADORA**

- f) receber o objeto do Convênio, quando concluído, nos termos avençados, atestando sua efetiva execução;
- g) no caso de inadimplência ou de paralisação parcial ou total injustificadas, assumir o controle, inclusive dos bens materiais, e a execução do Convênio, podendo transferir a responsabilidade a outro interessado, sem prejuízo das providências legais cabíveis.

II - DO MUNICÍPIO:

- a) responsabilizar-se pela cobertura financeira, de materiais e equipamentos, mão de obra ou transportes, que exceder ao já estabelecido no Plano de Trabalho, para a implantação do objeto do CONVÊNIO;
- b) executar direta ou indiretamente os trabalhos necessários à consecução dos objetivos a que alude este CONVÊNIO, observando os critérios de qualidade técnica, os prazos e os custos previstos;
- c) promover as licitações para a contratação das obras, serviços e aquisição de materiais, de acordo com as normas legais e em vigor ou justificativas para sua dispensa, com o respectivo embasamento legal;
- d) participar com contrapartida mínima com o correspondente de 20%, conforme baixo, médio ou alto índice de desenvolvimento preconizado na LDO 2007, Art. 14, § 2º do valor total do convênio.
- e) observar o projeto, bem como a uniformidade do acabamento de obra, objetivando a garantia de operação do sistema implantado;
- f) cumprir o CONVÊNIO de acordo com as especificações estabelecidas, correndo às suas expensas e sem qualquer direito à indenização ou prorrogação de prazo, a demolição e conseqüente restituição de qualquer porção de obra ou serviço realizado em desacordo com as condições pactuadas, bem como, se for o caso, a retirada e conseqüente substituição do material inadequado ou de má qualidade;
- g) responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas e previdenciários ou outros de qualquer natureza resultantes deste CONVÊNIO;
- h) garantir, quando se tratar de sistema simplificado de água, o abastecimento e a manutenção da qualidade da água dentro das normas e padrões de potabilidade estabelecidos pelos órgãos públicos, em especial a Portaria do Ministério da Saúde, nº 1469 de 29 de dezembro de 2000;
- i) prestar contas dos recursos recebidos, obedecidas às disposições da IN 01/06 de 21 de março de 2006;
- j) manter e movimentar os recursos recebidos em conta individualizada e vinculada, identificada pelo nome e número do convênio, no Banco do Estado do Rio Grande do Sul, conforme constante no Plano de Trabalho, devidamente aprovado por ambos os partícipes;
- k) aplicar os saldos do convênio, enquanto não utilizados, em poupança ou modalidade de aplicação financeira lastreada em títulos da dívida pública;
- l) restituir o valor da despesa, acrescido de juros e correção monetária, segundo índices oficiais de atualização de débitos fiscais, a partir da data do recebimento do recurso, quando a despesa for realizada:
 - fora do período de vigência do CONVÊNIO;



**GOVERNO DO ESTADO
RIO GRANDE DO SUL
GABINETE DA GOVERNADORA**

- em finalidade diversa da estabelecida;

- m) comprovar a titularidade da área de implantação do projeto, por meio de uma das alternativas a seguir:
 - I) matrícula do Registro de Imóveis atualizada em nome do Município,
 - II) declaração de área de domínio público,
 - III) decreto expropriatório;
- n) devolver os saldos do convênio e dos rendimentos das aplicações financeiras na data da conclusão do objeto ou na extinção do convênio;
- o) disponibilizar fonte de energia para o sistema de bombeamento, se for o caso;
- p) comprometer-se, junto às comunidades atendidas e beneficiadas pelo programa, a organizar jurídica e legalmente Sociedades Hídricas responsáveis pela operacionalização e gerenciamento do sistema de abastecimento de água implantado;
- q) acompanhar e fiscalizar os contratos com terceiros para a execução dos objetivos do convênio, responsabilizando-se pelos recebimentos provisórios e definitivos, relativos a obras e ou serviços de engenharia;
- r) atestar o recebimento de materiais e a prestação de serviços nos documentos comprobatórios das despesas;
- s) comunicar tempestivamente os fatos que poderão ou estão a afetar a execução normal do convênio para permitir a adoção de providências imediatas pelo órgão ou entidade estadual;
- t) comprometer-se a concluir o objeto conveniado, se os recursos previstos no convênio forem insuficientes para a sua conclusão, sob pena de ressarcimento do prejuízo causado aos cofres públicos;
- u) devolver o valor equivalente à contrapartida pactuada, conforme estabelecido no convênio quando não comprovar efetivamente a sua regular aplicação, por ocasião da prestação de contas ou da extinção do convênio, sob pena de tomada de contas especial e inclusão no CADIN/RS;
- v) aplicar os rendimentos da aplicação financeira exclusivamente no objeto do Convênio, devendo os mesmos ser, obrigatoriamente, destacados no relatório e demonstrativos da prestação de contas;
- w) manter registros contábeis individualizados das receitas e das despesas do Convênio, de acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade;
- x) incluir as receitas e as despesas do Convênio no respectivo orçamento, quando a entidade partícipe estiver sujeita às disposições da Lei Federal n.º 4.320, de 17 de março de 1964;
- y) designar responsável técnico e providenciar a Anotação de Responsabilidade Técnica – ART relativa às obras e/ou serviços de engenharia.

CLÁUSULA SEXTA - DO RESPONSÁVEL TÉCNICO

O MUNICÍPIO, executor da obra, designará um responsável técnico, devidamente habilitado e inscrito no CREA, que responderá perante a SECRETARIA pela observância do projeto, devendo estar apto a prestar os esclarecimentos necessários.



**GOVERNO DO ESTADO
RIO GRANDE DO SUL
GABINETE DA GOVERNADORA**

O projeto da obra, objeto do presente CONVÊNIO, deverá conter 01 (uma) via da Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) de projeto e de execução.

Parágrafo Único: O Município, desde a assinatura do presente instrumento, declara estar ciente de toda a legislação, normas e regulamentos contidos na ABNT, bem como garante a solidez, segurança e o perfeito funcionamento dos serviços executados, pelo prazo de 05 (cinco) anos, comprometendo-se a adotar providências necessárias para tanto, compatibilizando o objeto do Convênio com as normas e procedimentos de preservação ambiental.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA VISTORIA

As obras, objeto deste CONVÊNIO, serão vistoriadas periodicamente pelos Engenheiros do Departamento de Produção - DEPRO desta SECRETARIA.

CLÁUSULA OITAVA - DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

O MUNICÍPIO realizará a prestação de contas dos recursos recebidos da SECRETARIA, para implantação do sistema objeto do presente CONVÊNIO, no prazo máximo de 60 (dias) contados do prazo final para conclusão do objeto.

- I - Ofícios de encaminhamento;
- II - Cópia do Termo de Convênio e Aditivos, (se houver);
- III - Cópia do Plano de Trabalho;
- IV - Relatório de execução físico-financeiro, demonstrando que foram atingidos os objetivos do CONVÊNIO;
- V - Demonstrativo da Receita e Despesa, especificando as receitas, as despesas, evidenciando o saldo;
- VI - Cópia das notas de empenho/liquidação
- VII - Relação de pagamentos, evidenciando o nome do credor, o número e valor do documento fiscal, classificados em materiais e serviços;
- VIII - Relação dos bens adquiridos especificados de acordo com o item 4 do plano de trabalho;
- IX - Extrato da conta bancária vinculada desde o recebimento do primeiro depósito até o último pagamento, a movimentação dos pagamentos auferidos da aplicação financeira e respectiva conciliação bancária;
- X - Demonstrativo do resultado de aplicações financeiras, que se adicionem aos recursos iniciais, com respectivos documentos comprobatórios, quando for o caso;
- XI - Comprovante de recolhimento do saldo não utilizado, inclusive rendimentos, à conta do Tesouro do Estado;
- XII - Declaração do Prefeito Municipal atestando a conclusão do objeto do CONVÊNIO;
- XIII - Certidões de quitação dos encargos incidentes sobre a obra, na forma da legislação em vigor e o documento hábil expedido pelo poder público municipal em relação à liberação da obra para uso e utilização, para os fins autorizados, quando for o caso;



**GOVERNO DO ESTADO
RIO GRANDE DO SUL
GABINETE DA GOVERNADORA**

CONVÊNIO = COM DEST.

- XIV - Ata de aprovação pelo Controle Social respectivo, através do conselho municipal ou comissão de cidadãos, que congregue no âmbito municipal, ações incluídas no objeto do convênio, quanto à execução física e atingimento dos objetivos, ou declaração de que o conselho e a comissão inexistem;
- XV - Cópia do despacho adjudicatório das licitações realizadas, ou justificativa para sua dispensa com o respectivo embasamento legal;
- XVI - Parecer do Órgão de Controle Interno Municipal quanto à correta e regular aplicação dos recursos objeto do Convênio;
- XVII - Cópia da Ficha Razão, devidamente autenticada por Contador comprovando o registro do ingresso do recurso.

Parágrafo Único: Os documentos comprobatórios das despesas deverão ser emitidos em nome do MUNICÍPIO, devidamente identificados, com o nome e número do CONVÊNIO e mantidos em arquivo em boa ordem, no MUNICÍPIO, à disposição dos órgãos de controle interno e externo, pelo prazo de 05 (cinco) anos, contados da aprovação da prestação de contas do gestor do órgão.

CLÁUSULA NONA – DOS BENS

Os bens adquiridos, produzidos ou construídos com recursos deste Convênio, serão de propriedade do MUNICÍPIO, o qual se responsabiliza pela sua manutenção permanente, comprometendo-se em oferecer às comunidades os serviços dentro dos padrões de qualidade exigidos pela legislação vigente.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA EXTINÇÃO ANTECIPADA

São motivos para a extinção antecipada do convênio, por iniciativa do órgão ou da entidade da Administração Pública Estadual:

- I- O não cumprimento do objeto conveniado pelo Município;
- II- A demora injustificada da entidade partícipe na execução do objeto;
- III- A aplicação dos recursos em finalidade diversa da estabelecida no convênio;
- IV- O descumprimento de obrigações e cláusulas pactuadas que acarretem prejuízos ao erário;

SUBCLÁUSULA PRIMEIRA: A extinção do convênio pelos motivos mencionados implicará na denúncia e rescisão do instrumento, de pleno direito, com o recolhimento do recurso repassado, acrescido de juros e correção monetária, calculado os índices oficiais de atualização de débitos fiscais, a partir da data do recebimento do recurso;

SUBCLÁUSULA SEGUNDA: Na hipótese de não aprovação da prestação de contas, e, exauridas todas as providências cabíveis, o Ordenador de Despesas providenciará na abertura de tomada de contas especial, junto às instâncias de controle interno envolvidas;

* Solicitar data publicação
DOE



GOVERNO DO ESTADO
RIO GRANDE DO SUL
GABINETE DA GOVERNADORA

SUBCLÁUSULA TERCEIRA: A extinção do convênio, seja qual for o motivo, não exime os seus partícipes das responsabilidades originadas durante o período em que estiveram conveniados.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA VIGÊNCIA DO CONVÊNIO

- a) O presente CONVÊNIO vigorará pelo prazo de 450 (quatrocentos e cinquenta) dias a contar da publicação da sumula do Convênio no Diário Oficial do Estado.
- b) Caso ocorra o inadimplemento de qualquer cláusula do convênio, o MUNICÍPIO ficará obrigado a recolher os valores previstos neste Convênio, no prazo de 30 (trinta) dias, a contar do recebimento da comunicação, nos termos previstos na Cláusula Quinta.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO PRAZO DE EXECUÇÃO

O prazo de execução será de até 450 (quatrocentos e cinquenta) dias.

O MUNICÍPIO se obriga a iniciar as obras de execução do objeto do presente CONVÊNIO no prazo de até 30 (trinta) dias contados a partir da data de liberação pela SECRETARIA do recurso financeiro.

*Liberado em 06/02/2009
Secretaria que em
contou na conta*

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS ALTERAÇÕES

As modificações das condições e cláusulas estabelecidas neste CONVÊNIO, caso o desenvolvimento de sua execução o exija, serão objeto de Termo Aditivo, devidamente assinado pelos partícipes.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA DIVULGAÇÃO

Toda e qualquer publicidade ou divulgação quanto aos objetivos do presente instrumento deverá refletir expressa e obrigatoriamente a cooperação dos partícipes, bem como é obrigatória a identificação do empreendimento com placa, conforme modelo a ser fornecido pela SECRETARIA.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA RESCISÃO

O presente CONVÊNIO será rescindido a qualquer tempo pelo inadimplemento de qualquer de suas Cláusulas ou superveniência de norma legal que o torne inexecutível ou por acordo entre os partícipes, nos termos do Artigo 78, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA EFICÁCIA

O presente instrumento, assim como suas eventuais alterações ou adiantamentos, terá sua eficácia condicionada à publicação das respectivas sumulas no Diário Oficial do Estado.

[Assinatura]



**GOVERNO DO ESTADO
RIO GRANDE DO SUL
GABINETE DA GOVERNADORA**

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DA OPERAÇÃO DO SISTEMA

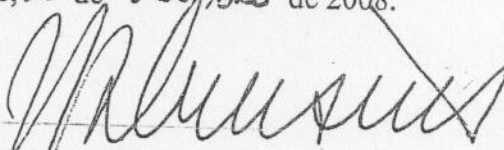
Fica igualmente estabelecido que o presente CONVÊNIO não implica em responsabilidade de posterior absorção pelo Estado ou Companhia Estadual da operação ou complementação do sistema que vier a ser implantado, devendo o mesmo ser gerido pela SOCIEDADE HÍDRICA, estabelecida legal e juridicamente por comunidade.


CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DO FORO

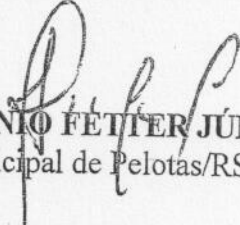
As dúvidas resultantes da interpretação de qualquer Cláusula deste CONVÊNIO serão dirimidas no Foro de Porto Alegre, quando não resolvidas administrativamente.

E por estarem justas e convenientes, lavram este instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma que firmam com as testemunhas presenciais.

Porto Alegre, 18 de ~~dezembro~~ de 2008.


YEDA RORATO CRUSIUS
Governadora do Estado


MARCO AURÉLIO SOARES ALBA
Secretário de Estado de Habitação, Saneamento e
Desenvolvimento Urbano


ADOLFO ANTÔNIO FETTER JÚNIOR
Prefeito Municipal de Pelotas/RS

Testemunhas: _____